



República de Moçambique
Presidência da República

**Por uma Justiça orientada para a consolidação do Estado de Direito
Democrático**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Tomada de Posse da Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo e do Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo.

Maputo, 13 de Abril de 2020

Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro-Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique;

Senhores Ministros;

Senhor Doutor Machatine Munguambe, antigo Presidente do Tribunal Administrativo;

Distintos convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Começo a minha intervenção saudando, a todos que se dignaram tomar parte nesta cerimónia de tomada de posse da Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo e do Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo.

Antes de me dirigir aos empossados, permitam que comece por deixar breves palavras ao Doutor **Machatine Paulo Munguambe**, anterior Presidente do Tribunal Administrativo, ora jubilado.

Ao longo destes últimos dez anos em que estive a liderar os destinos desta instituição, pudemos acompanhar o seu trabalho no Tribunal Administrativo, onde a persistência, o espírito de missão, a dedicação e a sua entrega à causa da pátria contribuíram para a elevação do prestígio daquela casa e a sua contínua excelência. Por isso, expressamos vivamente o nosso reconhecimento público, desejando-lhe muita saúde para que continue a brindar-nos com a sua experiência e conhecimento onde se mostrar necessário. Bem-haja, a si e à sua família!

Cara Família da Justiça;

Na abertura do ano judicial, tivemos a oportunidade de partilhar e explicar a nossa visão para o sector da Administração da Justiça neste novo quinquénio, pelo que, não nos iremos repetir, apesar de prevalecerem vozes que ainda reclamam a necessidade da reforma legislativa que já anunciámos. Por isso, dirijo-me agora à Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo que, a par do Vice-Presidente do Tribunal Supremo tive a honra de, há pouco tempo, conferir posse, saudando-os calorosamente.

A Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo, inicia as suas funções sucedendo o antigo Presidente deste tribunal que, como sabemos muito contribuiu, com o seu longo, esclarecido e intenso trabalho, para a consolidação desta instituição da administração de justiça, bem assim para a contínua edificação do Estado de Direito Democrático.

A Veneranda Presidente, Doutora **Lúcia Fernanda Buinga Maximiano do Amaral**, é uma prestigiada magistrada do Ministério Público, respeitada, tendo atingido o topo da carreira como Procuradora-Geral Adjunta.

Desempenhou, igualmente, as funções de Juíza do Conselho Constitucional, enriquecendo o seu longo currículo e tornando-se uma verdadeira conhecedora da nossa máquina judiciária.

Assume o leme deste tribunal numa altura em que está a ser concebido o IV Plano Estratégico e Operacional (PLACOR IV), que vem suceder o PLACOR III (2016-2019), onde valores como a eficiência, a eficácia, transparência, integridade, entre outros, devem continuar a prevalecer.

Coincidentemente, o país tem estado a assinalar avanços significativos nos diversos sectores de actividade, o que provoca mudanças sociais e económicas, que representam uma oportunidade para tornar a economia nacional mais competitiva e atractiva aos investimentos, nacionais e estrangeiros.

O Tribunal Administrativo não pode ficar alheio a esta realidade. Neste contexto, gostaria de exortar-vos a uma maior colaboração para que logremos alcançar as metas definidas no Programa Quinquenal do Governo 2020-2024. Para tal, é fundamental que, nos processos de fiscalização prévia, através dos vistos, tenham em consideração que a dinâmica resultante do processo de governação, não se compadece com a demora na resposta aos processos.

Assim, tomamos essa ocasião, para, mais uma vez, alertar para a imperiosa necessidade de se imprimir a devida celeridade processual, particularmente, nos processos relativos ao pessoal e nos processos não relativos ao pessoal.

Referimo-nos às nomeações, progressões e mudanças de carreiras, bem como aos contratos estruturantes da actividade do Estado como são os contratos de empreitada de obras públicas, de concessão de serviços públicos, de fornecimento contínuo e de prestação de serviços pela Administração para fins de imediata utilidade pública, bem assim os contratos de créditos internacionais, cuja implementação só pode ocorrer após a concessão do visto.

No que tange à fiscalização concomitante ou sucessiva, a nossa atenção vai para o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado, uma das actividades mais visíveis do Tribunal Administrativo.

Reconhecendo a premência desta actividade para a gestão transparente das contas públicas, para além de maior rigor, julgamos fundamental a capacitação permanente dos vários intervenientes nos processos a qual se deve aliar uma maior coordenação intersectorial que permita dissipar, em tempo útil, as possíveis zonas de penumbra.

Por isso, Dra. Lúcia Maximiano, Veneranda Presidente, gostaríamos que, nos próximos tempos dedicasse particular atenção a estes aspectos, e ainda à:

- Promoção da melhoria gradual da qualidade de prestação de serviços e aumento da celeridade processual nas várias áreas de intervenção do Tribunal Administrativo;
- Ampliação da abrangência da actuação do Tribunal Administrativo em sectores de actividade chave para o desenvolvimento do país, em particular, no âmbito da Governação Provincial Descentralizada; e
- Aperfeiçoamento do controlo da gestão das finanças públicas.

A missão não é fácil, mas estou certo de que saberá estar à altura da função e cumprirá o seu mandato com a elevação, a firmeza e o rigor que todos esperamos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Nesta cerimónia empossamos, igualmente, o Doutor **João António de Assunção Baptista Beirão**, para o seu segundo mandato, como Vice-Presidente do Tribunal Supremo.

Nos termos da Lei, o Vice-Presidente coadjuva o Presidente do Tribunal Supremo no exercício das suas competências. Por isso, o compromisso que renova, aqui e agora, é no sentido de total cooperação, solidariedade e lealdade para com o dirigente da instituição.

Inicia o novo mandato como dissemos, numa casa que bem conhece e num ano em que termina a implementação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais (2016-2020).

Esperamos que, com o seu saber continue a dar um largo contributo na sua avaliação e, que com outros intervenientes do sistema de administração da justiça, perspectivem o próximo Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais, tendo como horizonte que a acessibilidade, celeridade e qualidade da justiça administrada deve permanecer um dos eixos principais.

A acrescentar a estes, o novo Plano deve prever, entre outros, a expansão do acesso e o aumento da eficiência com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Esta missão já é do conhecimento do Venerando Presidente do Tribunal Supremo.

Num momento em que enfrentamos desafios globais, como a eclosão da pandemia da COVID 19, e locais, como os ataques de malfeitores na região centro do país e de insurgentes em Cabo Delgado com alguma gravidade, exige-se do judiciário uma acção tempestiva e responsável, visando sempre buscar a verdade material e acautelar os direitos das vítimas em defesa da nossa soberania em primeiro lugar.

Gostaria de usar esta oportunidade para assegurar a todos os Moçambicanos que o Governo continuará a trabalhar noite e dia usando tudo o que está em seu poder para a defesa da população dos distritos de Cabo Delgado, assolados por estes ataques violentos.

O Governo condena veementemente os hediondos e violentos ataques e continuará a perseguir a todos assassinos, levando como está a acontecer, à barra da justiça.

Apelamos às populações a não acatar informações que nos pretendem dividir como moçambicanos e criar ódio entre as populações e as Forças de Defesa e Segurança.

Saudamos as actuais medidas das populações que se organizam para juntamente com o seu braço armado, combater energicamente contra este inimigo do desenvolvimento de Moçambique.

Administrar a justiça em nome do povo, caros compatriotas, continua a não ser uma tarefa fácil. Pelo contrário, a crescente complexidade das realidades sociais e económicas traz desafios acrescidos ao sector que se vê pressionado para responder à demanda em tempo útil.

Uma decisão que não é tomada em tempo útil, coloca em causa a estabilidade do tecido empresarial, destrói a vida de famílias, constrange o funcionamento do sistema penitenciário e afecta negativamente a imagem do país.

No entanto, como sabemos, o sector tem procurado superar com sucesso tais dificuldades e responder, com prontidão e eficácia possíveis, aos anseios de todos aqueles que o demandam.

Os progressos registados podem ser mensurados, por exemplo, pela constante e crescente busca dos cidadãos pelos serviços da administração da justiça.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Na qualidade de Mais Alto Magistrado da Nação, continuaremos a encorajar o judiciário a cumprir o seu papel, promovendo a consolidação do Estado de Direito, em estrito respeito pela separação e interdependência dos poderes Legislativo, Executivo e Judicial.

Como equipa, e já o dissemos em ocasiões anteriores, a intercomunicabilidade dos diferentes sectores ligados à administração da justiça deve prevalecer para o bem de todos nós.

Nesta ocasião ímpar, importa abordar um assunto candente: a corrupção.

O Estado continua a ser vítima de actos de corrupção, um mal a que os três poderes - executivo, legislativo e judicial, são chamados a combater vigorosamente.

Mais uma vez, deixamos bem claro que é vossa permanente missão triunfar sobre esta complexa doença que enferma a nossa sociedade.

Caros empossados!

Cumprindo o postulado na nossa Constituição, o processo das vossas nomeações, envolveu os vossos órgãos de gestão e disciplina, os Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e Judicial Administrativa, e passou pelo crivo da Assembleia da República.

A anuência concedida teve como fundamento os vossos percursos pessoais que testemunham a vossa verticalidade, bem assim as vossas competências técnico-profissionais e de liderança.

Por isso, mais uma vez, felicito-os por terem aceite os nobres desafios que colocamos sobre os vossos ombros e auguro sucessos no cumprimento da missão que acabam de assumir.

Enquanto dirigentes, contem sempre com os préstimos dos vossos colaboradores. É com eles que caminharão rumo a um judiciário mais íntegro e credível.

Às vossas famílias, uma saudação especial, pelo apoio e carinho sempre dispensado e que mais uma vez vos dará o alento necessário para o exercício das novas funções.

À Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo e ao Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo, os renovados votos das maiores felicidades no desempenho do mandato que agora iniciam.

O vosso sucesso será o da Justiça moçambicana, será sucesso de todos nós, o vosso sucesso será sobretudo dos cidadãos.

Para terminar, convido a todos para que nos acompanhem num brinde:

- À celeridade processual e ao acesso à Justiça;
- À consolidação do Estado de Direito Democrático;
- À Saúde dos nossos compatriotas;
- Ao Desenvolvimento de Moçambique!

Muito obrigado pela vossa atenção!